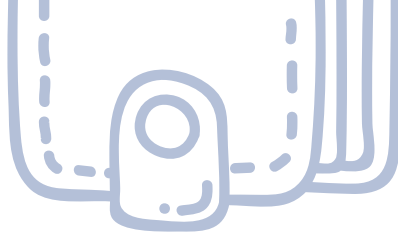


# PEIC

## Relatório mensal

Elaborado por: André Spalenza,  
Gercione Dionizio e Eduarda Gripp.



# EM MARÇO, ENDIVIDAMENTO CAPIXABA CAI PARA 87,8% E INADIMPLÊNCIA ESTABILIZA EM 33,5%

RENDA COMPROMETIDA CHEGA A 30,9%  
ENTRE FAMÍLIAS DE MENOR RENDA

## DESTAQUES

INADIMPLÊNCIA GERAL

**33,5% (-0,1 PP MÊS)**

SAÍRAM DA INADIMPLÊNCIA

**4,5 MIL PESSOAS**

FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ 10 S.M

INADIMPLÊNCIA

**38% (+0,2 PP MÊS)**

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO  
TOTAL

**15,4% (+0,3 PP MÊS)**

TÍQUETE MÉDIO  
DA DÍVIDA

**R\$ 5.857,76**

FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE 10 S.M

INADIMPLÊNCIA

**8% (-1,5 PP MÊS)**

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO  
TOTAL

**37,5% (+11,2 PP MÊS)**

VALOR MÉDIO DA  
DÍVIDA POR PESSOA

**R\$ 1.494,93**

Em março de 2026, a inadimplência das famílias capixabas manteve leve tendência de queda, enquanto endividamento apresentou recuo. Famílias com renda de até 10 salários ampliaram o uso de crédito e apresentaram maior comprometimento da renda, enquanto famílias de renda mais alta melhoraram a capacidade de pagamento. O cenário indica estabilidade com cautela.

# PERFIL DA INADIMPLÊNCIA

INADIMPLÊNCIA TEM LEVE QUEDA, COM 4,5 MIL PESSOAS SAINDO DO ATRASO

A taxa geral de inadimplência no Espírito Santo mantém uma trajetória de queda, chegando ao quarto recuo seguido. Em março de 2026, o índice atingiu 33,5%, uma redução de 0,1 ponto percentual em comparação com fevereiro, indicando estabilidade e um declínio sutil.

Diante da estabilidade observada nos índices de inadimplência no Espírito Santo, projeta-se uma melhoria relativa na capacidade de pagamento das famílias. Esse cenário indica que os níveis de gastos

e consumo deverão permanecer estáveis e apresentar tendência de crescimento nos próximos meses, impulsionados especialmente por períodos comemorativos.

Em relação a fevereiro, cerca de 4,5 mil pessoas saíram da inadimplência no estado. Esse resultado se deve ao ingresso de aproximadamente 4,3 mil capixabas com renda familiar de até 10 salários mínimos na inadimplência, além da regularização de dívidas por parte de 8,8 mil capixabas com rendas acima de 10 salários mínimos.

Taxa de inadimplência, por renda, Espírito Santo, março de 2026

	mar/26	fev/26	2025		Brasil
			março	média	março
Inadimplência <b>GERAL</b>	33,5	33,6	31,9	33,8	29,6
Inadimplência por <b>RENDA DA FAMÍLIA</b>					
até 10 salários mínimos	38,0	37,8	35,9	37,9	33,2
acima de 10 salários mínimos	8,0	9,5	8,0	10,2	14,6

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Em março de 2026, a inadimplência entre famílias com renda de até 10 salários mínimos apresentou elevação de 0,2 ponto percentual, passando de 37,8% em fevereiro para 38,0%. A taxa registrada nesse período permanece superior à verificada em março de 2025, que foi de 35,9%, bem como à média anual de 2025, fixada em 37,9%.

Entre as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, a taxa de inadimplência registrou retração de 1,5 ponto percentual, passando de 9,5% em fevereiro para 8,0% em março de 2026, mesma taxa verificada em março de 2025. No acumulado do ano, o índice permanece abaixo da média de 2025 para esse grupo de renda.

Apesar da redução mensal observada, a taxa de inadimplên-

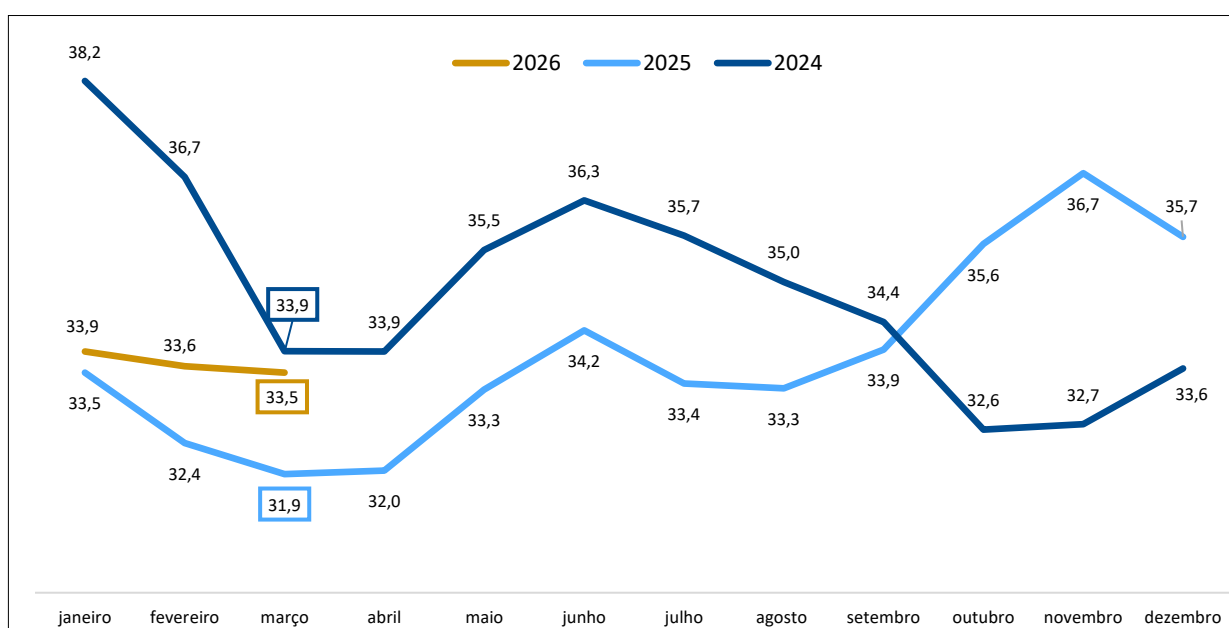
cia geral permanece superior ao nível registrado no ano anterior. Em março de 2026, o índice foi 1,6 ponto percentual do valor de março de 2025, evidenciando que, embora haja uma tendência de diminuição da inadimplência no Espírito Santo, o número de pessoas inadimplentes em março do ano passado era inferior.

No comparativo nacional, a família capixaba com renda de até 10 salários mínimos continua apresentando um perfil de maior inadimplência, visto que no Brasil esse mesmo grupo apresentou uma taxa de 29,6%. Já entre as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, as famílias capixabas continuam sendo menos inadimplentes que a média brasileira que apresentou uma taxa de 14,6%.

Em síntese, a inadimplência capixaba em março de 2026 apresentou estabilidade com tendência de queda. Esse resultado mantém a caracte-

rística capixaba de queda da inadimplência no primeiro trimestre do ano. Apesar disso, a queda foi menor que a observada nos últimos anos.

Taxa de inadimplência geral, por mês, Espírito Santo, de 2024 a 2026



Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.



Apesar da redução da inadimplência, o orçamento das famílias capixabas tende a permanecer pressionado, considerando o elevado valor da dívida média (R\$ 5.857,76) e do ticket médio (R\$ 1.494,93) registrados até janeiro de 2026, segundo dados da Serasa Experian. Assim, mesmo com a melhora recente, a flexibilidade orçamentária assim como a capacidade de pagamento das famílias não deve apresentar mudanças significativas.

Associado a queda da inadimplência, o percentual de famílias inadimplentes que afirmam serem capazes de quitar suas contas no próximo mês aumentou em ambos os grupos. Entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos a capacidade, de pagamento total da dívida aumentou em 0,3 ponto percentual e chegou a 15,4%. Entre as famílias com renda superior a 10 salários mínimos o aumento foi de 11,2 pontos percentuais chegando a 37,5%.

## Características das dívidas em atraso (%), por renda, Espírito Santo, março de 2026

	ATÉ 10 salários		ACIMA DE 10 salários	
	mar/26	fev/26	mar/26	fev/26
<b>Condições de pagamento</b>				
Total	15,4	15,1	37,5	26,3
Parcial	24,8	26,2	43,8	52,6
Sem condições	59,8	58,7	18,8	21,1
<b>Tempo de atraso</b>				
Até 30 dias	16,7	16,4	18,8	26,3
Entre 30 e 90 dias	23,9	23,9	37,5	36,8
Acima de 90 dias	59,5	59,7	43,8	36,8

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.  
Nota: Não foram incluídos o percentual de famílias que não souberam responder às perguntas.

De modo geral, espera-se que 746 mil capixabas não sejam capazes de quitar suas dívidas em atraso. Esse resultado implicaria em um aumento de 6,7 mil capixabas incapazes de quitar suas dívidas em atraso no mês de março.

Por fim, não houve grandes mudanças no tempo de atraso das dívidas em atraso para as famílias capixabas com renda de até 10 salários mínimos, indicando um equilíbrio no pagamento de dívidas recentes e mais antigas.

Por outro lado, famílias capixabas com renda superior a 10 salários mínimos demonstram a tendência de priorizar o pagamento das dívidas de curto prazo. Em março de 2026, observou-se um aumento no percentual de dívidas em atraso há mais de 90 dias, passando de 36,8% em fevereiro para 43,8% em março, representando um acréscimo de 7 pontos percentuais. Dessa forma, neste grupo, os débitos com maior tempo de inadimplência passaram a corresponder à maior parcela do total de dívidas.



# PERFIL DO ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO FICA ABAIXO DO NÍVEL DE 2025 APÓS RETRAÇÃO MENSAL

Em março de 2026, as famílias capixabas apresentaram um grau de endividamento menor e mais instável em comparação com o mês anterior. O índice de endividamento caiu para 87,8%, reduzindo 1,5 ponto percentual em relação a fevereiro, quando estava em 89,3%.

Essa queda mostra que as famílias estão menos comprometidas financeiramente, o que pode ajudar a aumentar o bem-estar e incentivar o consumo de produtos não essen-

ciais. Além disso, menos dívidas significam menor risco de inadimplência, já que há menos chances de atrasos nos pagamentos.

Com a queda observada em março de 2026, a taxa de endividamento das famílias capixabas ficou abaixo do observado no mesmo mês de 2025, período em que a taxa chegou a 89,4%. Além disso, o endividamento das famílias em março ficou abaixo da média observada em 2025.

Taxa de endividamento, por renda,  
Espírito Santo, março de 2026

	mar/26	fev/26	2025		Brasil
			março	média	março
Endividamento <b>GERAL</b>	87,8	89,3	89,4	88,6	80,4
Endividamento por <b>RENDA DA FAMÍLIA</b>					
até 10 salários	89,3	90,9	90,3	89,9	82,6
acima de 10 salários	77,5	78,5	83,5	79,9	69,9

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Entre os diferentes grupos familiares, o grau de endividamento apresentou comportamento similar. A taxa de endividamento das famílias com renda de até 10 salários mínimos apresentou queda de 1,6 ponto percentual e chegou a 89,3%. Já, entre as famílias com renda superior a 10 salários mínimos a retração foi de 1 ponto percentual chegando a 77,5%. Ambos os níveis de endividamento das famílias capixabas mantiveram-se acima da média brasileira.

Considerando que os níveis de endividamento das famílias ficaram abaixo do observado em 2025, o nível de consumo não essencial pode apresentar aumento comparativamente ao observado no mesmo período de 2025. Entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos, o endividamento observado em março ficou 1

ponto percentual abaixo do observado em março de 2025. Já para as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, a diferença foi de 6 pontos percentuais.

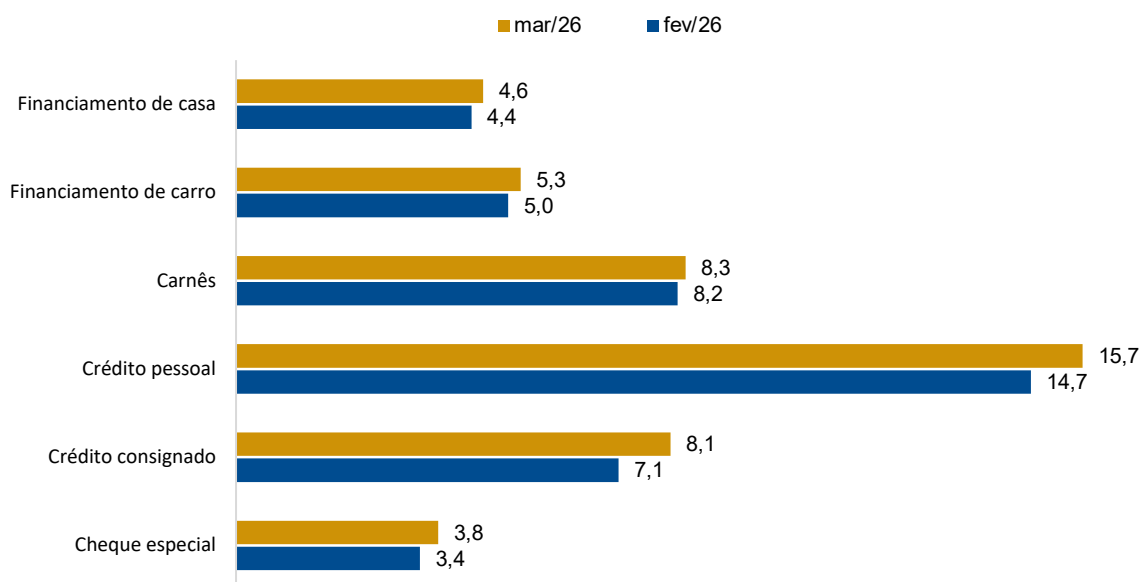
Embora existam diversas fontes de endividamento disponíveis, o cartão de crédito permanece como o principal meio de financiamento das dívidas a pagar. Em março de 2026, 92,6% das famílias com renda de até 10 salários mínimos que possuíam dívidas relataram ter alguma obrigação relacionada ao cartão de crédito, correspondendo a um aumento de 0,6 ponto percentual em relação a fevereiro. Para as famílias com renda acima de 10 salários mínimos, este índice atingiu 98,1%, após uma redução de 0,6 ponto percentual em comparação a fevereiro de 2026.

No que se refere às demais fontes de endividamento, famílias capixabas com renda de até 10 salários mínimos demonstraram expansão no uso de todas as modalidades de crédito em comparação ao mês anterior. O crédito pessoal, segunda modalidade mais utilizada para financiar despesas, registrou elevação de 1 ponto percentual, passando de 14,7% em fevereiro para

15,7% em março.

Os carnês, terceira fonte de endividamento entre as famílias dessa faixa de renda, apresentaram variação discreta, saindo de 8,2% para 8,3%. O crédito consignado, considerado relevante, também teve aumento de 1 ponto percentual, indo de 7,1% para 8,1% no período analisado.

### Principais fontes de endividamento (exceto cartão de crédito) para famílias com renda até 10 salários, Espírito Santo, março de 2026



Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

O crescimento simultâneo de todas as modalidades de crédito evidencia a tendência das famílias de menor renda em recorrer a diferentes formas de financiamento. O aumento mais relevante identificou-se no crédito pessoal e consignado, demonstrando uma maior busca por recursos imediatos, possivelmente para suprir despesas correntes. Considerando que essas opções geralmente apresentam taxas de juros superiores, observa-se um potencial aumento do comprometimento da renda e do risco de inadimplência futura.

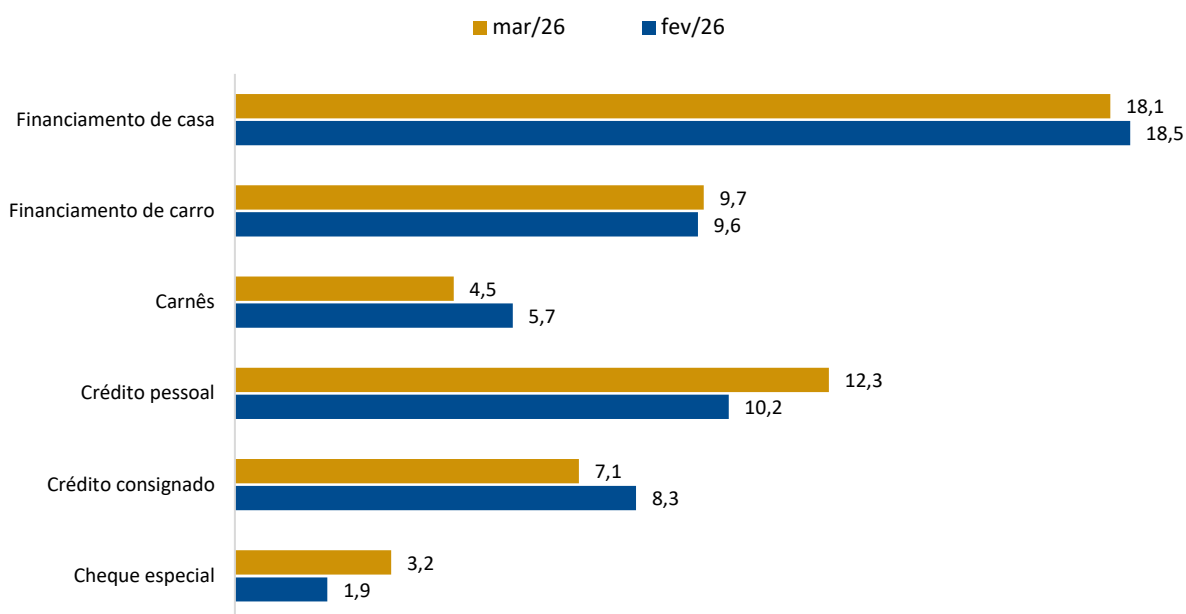
Para famílias com renda acima de 10 salários mínimos, o comportamento foi mais

heterogêneo ao longo do período analisado. O financiamento habitacional permaneceu como a segunda principal fonte de crédito, apesar de sua participação ter diminuído de 18,5% para 18,1%, correspondendo a uma redução de 0,4 ponto percentual.

Em contrapartida, o crédito pessoal apresentou o maior avanço, aumentando 2,1 pontos percentuais (de 10,2% em fevereiro para 12,3% em março). O uso do cheque especial também se expandiu, passando de 1,9% para 3,2%, um acréscimo de 1,3 ponto percentual. Já o financiamento de veículos permaneceu praticamente inalterado, variando de 9,6% para 9,7%.



## Principais fontes de endividamento (exceto cartão de crédito) para famílias com renda acima de 10 salários, Espírito Santo, março de 2026



Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Neste segmento de renda mais elevada, observa-se uma substituição de modalidades convencionais, tais como carnês e consignado, por alternativas como crédito pessoal e cheque especial, que normalmente possuem custos financeiros maiores. Esse movimento pode sinalizar uma demanda ampliada por liqui-

dez imediata ou mudanças nos padrões de consumo. Apesar do recuo do financiamento habitacional, o significativo aumento do crédito pessoal merece atenção, pois tende a elevar o custo total da dívida e impactar negativamente a capacidade de poupança ao longo dos próximos meses.

Quanto às características das dívidas, famílias com renda até 10 salários mínimos tiveram aumento nas dívidas de longo prazo, de 53,3% para 55,0%, indicando extensão do prazo de pagamento. O comprometimento médio da

renda subiu de 30,0% para 30,9%. O grupo com renda comprometida acima de 50% aumentou de 24,0% para 26,4%, mostrando elevação na vulnerabilidade financeira, mesmo com queda geral no volume de dívidas.

### Características das dívidas a pagar (%), por renda, Espírito Santo, março de 2026

	ATÉ 10 salários		ACIMA DE 10 salários	
	mar/26	fev/26	mar/26	fev/26
<b>Tempo de comprometimento com dívidas</b>				
Dívidas de curto prazo (até 6 meses)	44,7	46,5	51,0	51,6
Dívidas de longo prazo (acima de 6 meses)	55,0	53,3	49,0	48,4
<b>Renda comprometida com dívidas</b>				
até 10%	23,1	23,7	33,5	34,4
de 11% a 50%	50,3	52,3	59,4	59,9
acima de 50%	26,4	24,0	7,1	5,7
<i>Comprometimento médio</i>	30,9	30,3	25,0	24,6

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Nota: Não foram incluídos o percentual de famílias que não souberam responder às perguntas.

Para famílias com renda acima de 10 salários mínimos, houve diminuição na parcela que compromete acima de 50% da renda, de 25,7% para 17,1%, indicando melhora na organização financeira. O comprometimento médio da renda reduziu de 27,5% para 25,0%. A participação das dívidas de longo prazo aumentou ligeira

mente de 48,4% para 49,0%, contribuindo para uma estrutura de dívidas mais equilibrada. Em resumo, enquanto o grupo de menor renda enfrentou uma pressão financeira maior, especialmente entre os mais comprometidos, o grupo de maior renda apresentou aprimoramento na gestão do orçamento mensal.

# OPINIÃO DO EMPRESARIADO CAPIXABA

“



**Leonardo Bortolini**

*“O crédito pessoal, mesmo com juros mais elevados, segue amplamente utilizado devido à sua acessibilidade, especialmente em situações de urgência e na ausência de reserva financeira das famílias.”*

Para aprofundar a análise sobre o comportamento do endividamento e da inadimplência no Espírito Santo, foi realizada entrevista com **Leonardo Bortolini, da Agoracred Financeira**. Com experiência direta no mercado de concessão de crédito, o especialista contribui com uma visão prática sobre a dinâmica recente das famílias capixabas, destacando tendências, desafios e

características do perfil de endividamento no estado. Confira:

“De modo geral, este é um ano desafiador, que ainda carrega reflexos de períodos anteriores. Apesar de já observarmos alguns sinais iniciais de queda na inadimplência, o nível ainda se mantém elevado, em patamares recordes. Ao mesmo

tempo, a concessão de crédito segue bastante aquecida. Quando analisamos esses dois movimentos em conjunto, há uma tendência clara de aumento do endividamento das famílias, o que merece atenção, já que esse cenário pode resultar, mais à frente, em novos avanços da inadimplência.

No caso do Espírito Santo, o comportamento acompanha, de forma bastante consistente, a tendência nacional. Historicamente, o estado segue o padrão brasileiro, com pequenas variações, mas sem grandes desvios. Assim, o que se observa é um crescimento gradual do número de famílias endividadas, em linha com o restante do país.

Um ponto que chama atenção na dinâmica local é o uso

expressivo do crédito pessoal, especialmente aquele sem consignação. Mesmo sendo uma modalidade com juros significativamente mais elevados, em média, mais que o dobro do consignado, ele continua sendo amplamente utilizado. Isso ocorre porque se trata de um tipo de crédito mais acessível, frequentemente acionado em situações de urgência e emergência, sobretudo em um contexto em que muitas famílias ainda têm dificuldade de manter uma reserva financeira.

Os dados mostram que o crédito pessoal tem maior participação entre as famílias de menor renda, representando cerca de 15% entre aquelas com renda de até 10 salários mínimos, enquanto entre as de renda mais alta esse percentual gira em torno de 10%

a 11%. Ainda assim, trata-se de uma modalidade relevante em todas as faixas de renda, e a tendência é que continue sendo bastante demandada, mesmo com a expansão do crédito consignado, já que nem todos conseguem acesso ou limite suficiente nessa modalidade.

Em relação às demais formas de financiamento, observa-se que operações como aquisição de imóveis e veículos apresentam maior participação entre famílias de renda mais elevada, o que está associado tanto ao maior valor dos bens quanto à capacidade de assumir parcelas mais altas. Já entre as famílias de menor renda, modalidades como o

carne permanecem mais presentes, refletindo características específicas desse público e do tipo de consumo realizado.

De forma geral, os dados e a experiência prática indicam uma estrutura de endividamento bastante alinhada ao perfil de renda das famílias, com predominância de modalidades mais acessíveis entre os grupos de menor renda e maior presença de financiamentos estruturados nas faixas mais altas. Esse conjunto de fatores ajuda a explicar a manutenção de níveis elevados de endividamento e reforça a necessidade de acompanhamento atento da evolução da inadimplência nos próximos períodos.”



# TENDÊNCIA

## IA NO AUXÍLIO DO CONTROLE FINANCEIRO DAS FAMÍLIAS

Em um contexto de elevado endividamento e maior pressão sobre o orçamento doméstico, observa-se o avanço do uso da inteligência artificial como ferramenta de apoio à organização financeira das famílias. O movimento, ainda em estágio inicial, ganha relevância à medida que tecnologias acessíveis passam a auxiliar no controle de gastos, planejamento orçamentário e definição de estratégias de economia.

Na prática, a IA tem sido utilizada como uma espécie de “assistente financeiro”, capaz



de organizar despesas, categorizar gastos, montar orçamentos e sugerir formas de poupar, de maneira rápida e simplificada. [FB2.1]Esse suporte contribui para reduzir a complexidade da gestão financeira, especialmente em um cenário em que o aumento do endividamento exige maior controle e disciplina no uso da renda.

Além disso, ao automatizar tarefas operacionais e estruturar informações, a tecnologia permite que os consumidores direcionem mais atenção à tomada de decisão, favorecendo escolhas financeiras mais conscientes. Esse

fator é particularmente relevante no contexto da PEIC, em que o nível de organização financeira pode influenciar diretamente a capacidade de pagamento das famílias e, conseqüentemente, a evolução da inadimplência.

Dessa forma, a incorporação da inteligência artificial no cotidiano financeiro representa uma tendência emergente de educação e gestão financeira, que pode contribuir, no médio prazo, para mitigar riscos associados ao endividamento, ainda que não substitua o julgamento individual e a necessidade de planejamento responsável.

***O uso da inteligência artificial na organização financeira surge como um aliado no controle do orçamento doméstico, especialmente em um cenário de elevado endividamento das famílias.***

## Notas da pesquisa:

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apresenta o perfil do compromisso financeiro (endividamento) e a capacidade de pagamento (inadimplência) das famílias capixabas. De forma complementar, também foram usados os dados do Serasa Experian, com características gerais da dívida capixaba. A análise destes dados permite entender quais os impactos do endividamento e da inadimplência no consumo futuro destas famílias. Foram usados dados referentes a maio (Serasa) e junho (CNC) de 2025. Com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para analisar a capacidade de consumo futura.

Os principais indicadores da Peic são:

- Percentual de famílias endividadadas – consumidores que declaram ter dívidas na família nas principais modalidades;
- Principais tipos de dívida – entre cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas;
- Nível de endividamento – entre muito, mais ou menos ou pouco endividadados;
- Tempo de comprometimento com dívidas – até três meses, de três a seis meses, de seis meses a um ano e maior que um ano;
- Percentual de famílias com contas/dívidas em atraso – consumidores com contas ou dívidas atrasadas no mês;
- Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual dos que afirmam que não terão condições de pagar as contas e/ou dívidas em atraso no próximo mês e, portanto, permanecerão inadimplentes;
- Tempo de atraso no pagamento – até 30 dias, de 30 a 90 dias e mais que 90 dias.

A estimação do número de famílias endividadadas ou inadimplentes foi estimada a partir das informações divulgadas pela CNC e pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2022. Para determinar o número de famílias, a ideia de núcleo familiar da CNC (pessoas que moram com o entrevistado) foi extrapolada para ideia de domicílio particular permanente ocupado do IBGE (local estruturado, separado e independente, destinado a habitação de uma ou mais pessoas). Assim,

$NFE = PFE \times NDPPPO$

Sendo:

NFE – Número de famílias endividadadas apresentado pela Equipe Connect/Fecomercio

PFE – Percentual de famílias endividadadas, disponibilizado pela CNC

NDPPPO – Número de Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, divulgados pelo IBGE no Censo Demográfico de 2024.

**EXPEDIENTE:** Presidente do Sistema Fecomércio-ES/Sesc/Senac: Idalberto Luiz Moro | Diretor Sesc-ES: Luiz Henrique Toniato | Diretor Senac-ES: Richardson Schmittel | Superintendente Fecomércio-ES: Wagner Corrêa | Diretor de Relações Institucionais Fecomércio-ES: Cezar Wagner Pinto | Equipe Connect Fecomércio-ES: André Spalenza : Karina Tonini : Felipe Montini : Eduarda Gripp : Gercione Dionizio : Paulo Rody : Mateus Haddad : Samuel de O. Cabral | Tel.: 3205-0706 | [www.fecomercio-es.com.br](http://www.fecomercio-es.com.br)